



Senado pode votar esta semana pena alternativa para lactante

Projeto estende o benefício para gestantes e mães de crianças com até 12 anos de idade. Também está na pauta PEC sobre portador de deficiência

O Plenário pode votar esta semana projeto que substitui a prisão de condenadas lactantes, gestantes e mães de crianças com até 12 anos de idade por pena domiciliar. A proposta faz parte da pauta feminina que é analisada pelo Senado em março, Mês da Mulher. De acordo com o texto, o juiz fica obrigado a conceder a pena alternativa. Também pode ser votada em segundo turno a PEC que unifica a expressão “pessoa com deficiência” na Constituição. **3**



Jornal Senado/Agência Senado — 12/3/2019

O projeto a ser votado pelo Plenário determina que o juiz conceda prisão domiciliar para gestantes e mulheres lactantes ou mães de filhos com até 12 anos de idade

Sessão especial celebra medicina veterinária **2**

Conselho de Comunicação se reúne hoje **2**

Comissão debate Previdência com aposentados **2**

MP desburocratiza ambiente de negócios no país **2**

Política visa combater incidência do diabetes entre a população

Doirene Marinho/SCO/STF



Proposta deixa claro que esses crimes devem ser julgados pela Justiça comum

Projeto reverte decisão do STF em relação a crimes eleitorais

O senador Major Olimpio apresentou projeto para reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada na semana passada, segundo a

qual processos da Lava Jato que envolvam crimes eleitorais associados a crimes comuns devem ser julgados pela Justiça Eleitoral. **3**

Mulheres elogiam cotas e mais recursos para campanhas

Participantes de debate do Pauta Feminina, projeto da Procuradoria da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara, disseram

que os critérios para aplicação de recursos nas eleições de 2018 contribuíram para o aumento do número de deputadas federais. **4**



Roque de Sá/Agência Senado — 13/3/2019

No Pauta Feminina, Senado e Câmara debatem temas ligados às mulheres

No Brasil, 16 milhões de pessoas possuem diabetes. A incidência da doença cresceu 61,8% em 10 anos. Para combatê-la, a Política Nacional de Prevenção do Diabetes, aprovada pelo Senado na terça-feira, prevê campanhas de conscientização e assegura atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde. Desde 2007, os diabéticos têm direito a receber gratuitamente medicamentos e materiais como seringas para tratamento, controle e monitoramento da doença. O projeto volta agora para análise da Câmara dos Deputados. **4**

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Governo pede crédito suplementar de R\$ 248,9 bi

Valor corresponde ao que o governo terá que captar com a emissão de títulos para saldar despesas do ano. A maior parte será usada para quitar benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias

O PODEREXECUTIVO enviou ao Congresso projeto de crédito suplementar no valor de R\$ 248,9 bilhões (PLN 4/2019). Esse montante de recursos corresponde ao valor que o governo precisará captar no mercado, a partir da emissão de títulos, para saldar todas as despesas do ano.

A autorização, por maioria absoluta de votos, é necessária porque o governo precisa do aval do Congresso para fazer operações de créditos que extrapolem o limite estabelecido pela chamada regra de ouro, prevista na Constituição.

O Orçamento aprovado pelo Congresso no ano passado já

discriminava quais as despesas dependerão da aprovação de projeto suplementar.

A maior parte do valor (R\$ 201,7 bilhões) é de despesas com benefícios previdenciários, como pensões e aposentadorias.

Outros R\$ 30 bilhões são gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Renda Mensal Vitalícia, programas direcionados a idosos e pessoas com deficiência. Despesas com o Programa Bolsa Família correspondem a R\$ 6,5 bilhões. Subvenções econômicas e outras despesas representam juntas R\$ 10,7 bilhões.

A proposta será analisada inicialmente pela Comissão Mista de Orçamento e depois, em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

Da Agência Câmara



Ministério da Economia pediu aval do Congresso para operação de crédito

Conselho de Comunicação ouve gestores do governo

O Conselho de Comunicação Social, órgão consultivo do Congresso, fará audiências com representantes do governo para explicar suas funções, apresentar os conselheiros e tratar das relações institucionais na gestão do presidente Jair Bolsonaro.

Às 10h, o encontro será com representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Às 14h, estão previstas as presenças de

representantes da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da Secretaria de Radiodifusão do ministério.

Os conselheiros também vão discutir a organização do seminário Violência contra Comunicadores e Ameaça à Liberdade de Expressão. Já existe consenso sobre as participações no evento do ministro da Justiça, Sergio Moro, do deputado que for escolhido relator do pacote anticrime e de

um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os conselheiros pretendem concentrar a discussão na violência contra os trabalhadores de comunicação. As propostas (PLs 881 e 882/2019 e PLP 38/2019, em tramitação na Câmara) tratam de assuntos como legítima defesa, prisão após condenação em segunda instância, criminalização da prática de caixa dois e mudanças na legislação eleitoral.

Medida pode desburocratizar abertura de empresas

Medida provisória que, de acordo com o governo, objetiva melhorar o ambiente de negócios no Brasil por meio da simplificação e a desburocratização do registro de empresas foi publicada na quinta-feira, no Diário Oficial da União.

A MP 876/2019 prevê o registro automático nas juntas comerciais de firmas constituídas

como empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade limitada (LTDA). Ainda que os requisitos não sejam atendidos, os atos devem ser efetivados no prazo de dois dias úteis.

Também na quinta-feira, perdeu a validade a MP 854/2018, que acelerava a liberação de recursos para perícias médicas

de revisão ou concessão de benefício do INSS. A MP foi publicada em outubro, mas não chegou a ser votada no Congresso.

Em janeiro, uma nova medida sobre o tema foi editada, a MP 871/2019, que estabelece bônus para os peritos médicos na revisão de benefícios com suspeitas de irregularidades.

Comissão debate hoje reforma da Previdência com aposentados

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará audiência hoje para discutir a reforma da Previdência com entidades de aposentados e pensionistas. O pedido para a audiência é do presidente da comissão, senador Paulo

Paim (PT-RS).

Deverão participar, entre outros, a diretora do Instituto Portal dos Aposentados, Rita Siqueira Dienstmann, e o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martin Gonçalves.

Senado vai homenagear em Plenário medicina veterinária

O Senado vai homenagear hoje instituições relacionadas à medicina veterinária. Solicitada por Wellington Fagundes (PR-MT), a sessão especial vai celebrar os 110 anos da Diretoria de Indústria Animal, os 36 anos da Aca-

demia Brasileira de Medicina Veterinária (Abramvet) e os 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV). Também será homenageada a primeira mulher diplomada veterinária no Brasil, Alzira de Souza.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Aposentados e a Previdência
9h Audiência para debater Previdência, com foco em aposentados e pensionistas.

CCS Debate com o ministério
10h Audiências com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

SESSÃO ESPECIAL Medicina veterinária
10h Comemoração dos 99 anos da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CDH A Previdência e a educação
9h Audiência para debater Previdência e trabalho, com foco na educação.

CPI DE BRUMADINHO Plano
9h Análise do plano de trabalho.

CAE Reforma da Previdência
10h Debate sobre reforma da Previdência.

CTEC Candidaturas-laranja
10h Audiência com o ex-secretário-geral da Presidência Gustavo Bebianno.

QUARTA

CE Ministro da Cidadania
11h30 Audiência com Osmar Terra.

CI Agência de mineração
15h Audiência com o diretor-geral da ANM.

CAS Benefício de Prestação Continuada
9h Entre 11 itens, o PLS 374/2018, que aumenta limite da renda para receber o BPC.

CDR Amazônia e Zona Franca de Manaus
9h Audiência sobre a Sudam e a Suframa.

CCI Violência contra a mulher
10h O PLC 61/2017, que obriga profissionais da saúde a notificar violência contra a mulher, é um dos 14 itens.

CRA Ordenamento fundiário
11h Audiência sobre diretrizes para o ordenamento fundiário e reforma agrária.

CSE Pedido de debate
14h30 Requerimento de audiência pública.

CAS Evento sobre síndrome de Down
9h Seminário Ninguém Fica para Trás — Dia Internacional da Síndrome de Down.

QUINTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania
• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado pode votar pena alternativa para lactante

Proposta, que faz parte da pauta feminina, prevê que gestantes e mães em período de amamentação ou com filhos menores de 12 anos sejam beneficiadas com prisão domiciliar

PODE SER VOTADO esta semana, em Plenário, o projeto que determina a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso de presas que estejam amamentando. O PLS 43/2018 também estabelece essa substituição em casos como os de gestantes e mulheres com filhos menores de 12 anos. Se aprovada, a proposta vai para a Câmara dos Deputados. O projeto é parte da pauta feminina, que recebeu prioridade para votação em março, Mês da Mulher.

O Código de Processo Penal (CPP — Decreto-Lei 3.689, de 1941) já permite ao juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar em algumas hipóteses. O texto troca a expressão “poderá substituir” por “substituirá”, o que tornaria obrigatória essa substituição.

Os casos previstos no CPP são: maiores de 80 anos, pes-



Jonas Pereira/Agência Senado — 12/3/2019

Também pode ser votada, em segundo turno, a PEC que unifica na Constituição o termo “pessoa com deficiência”

soas debilitadas por doenças graves, pessoas imprescindíveis aos cuidados especiais de alguém menor de idade ou com deficiência, gestantes, mulheres com filhos menores de 12 anos e homens, quando forem os únicos responsáveis pelos cuidados de filhos com até 12 anos incompletos. O projeto inclui no rol as mães lactantes.

Para a autora da proposta, a ex-senadora e atual vice-governadora do Piauí, Regina Sousa, o Estado precisa estar atento às demandas específicas das crianças cujas mães estão aprisionadas, sob o risco de transferir a punição da mulher para os filhos pequenos.

O projeto altera duas normas. De acordo com o texto, o Marco Legal da Primeira Infância

(Lei 13.257, de 2016) deve dar preferência no atendimento da criança em situação de alta vulnerabilidade decorrente da prisão dos pais e uma maior atenção à gestante privada de liberdade. Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei 8.069, de 1990), o projeto estabelece incentivo à amamentação para a mãe encarcerada.

Também pode ser votada esta semana a proposta que padroniza, na Constituição, as referências a pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual. A PEC 25/2017 substitui em dez artigos constitucionais expressões como “pessoa portadora de deficiência” ou “portador de deficiência” por “pessoa com deficiência”.

Direitos

A proposta é da ex-senadora Fátima Bezerra, governadora do Rio Grande do Norte. A definição atual é parte da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da ONU.

A PEC já foi votada em primeiro turno e ainda precisa passar pela terceira sessão de discussão antes da votação em segundo turno. Se aprovada, seguirá para a Câmara.

Projeto reverte decisão do STF sobre crime eleitoral

Um projeto para reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre processos da Lava Jato que envolvem crimes eleitorais associados a crimes comuns foi apresentado na quinta-feira pelo líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP). O texto aguarda leitura no Plenário do Senado.

O Supremo decidiu na semana passada, por 6 votos a 5, que processos da Lava Jato que envolvem crimes eleitorais associados a crimes comuns, como corrupção, devem tramitar na Justiça Eleitoral. A proposta de Major Olímpio, no entanto, determina, como diz o senador na justificativa, que “a Justiça Eleitoral continuará a fazer o brilhante trabalho de combater crimes eleitorais e a Justiça comum irá continuar combatendo a corrupção e a impunidade”.

A intenção, segundo o senador, é sanar qualquer dúvida sobre a competência para

juizar esses crimes e garantir o combate ao crime organizado e à corrupção, evitando a impunidade.

Em seu Twitter, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que “o combate ao crime de colarinho branco não pode retroceder em favor da cultura

da impunidade”.

Já Alessandro Vieira (PPS-SE) protocolou projeto que extingue a competência criminal da Justiça Eleitoral, garantindo a atuação da Justiça Federal nos casos de crimes eleitorais e crimes conexos.

Para Davi Alcolumbre, não há retrocesso em decisão do STF sobre Justiça Eleitoral

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou não ver na decisão do STF sobre crime eleitoral um retrocesso no combate à corrupção e afastou a possibilidade de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não ter condição de processar crimes comuns.

— Compreendo que o TSE tem um quadro qualificadíssimo. Nada mais justo que a Justiça Eleitoral, a partir

dessa decisão do STF, se debruce em temas que dizem respeito a processo eleitoral.

Davi disse que os debates no STF têm sido acompanhados por uma opinião pública “presente e participativa”. No caso, segundo ele, o Supremo desfez uma “confusão” sobre o foro adequado para a investigação e o processamento de crimes de caixa dois eleitoral.

— Decisão judicial se cumpre, não se discute.

CPI dos Tribunais Superiores já pode ser protocolada novamente

Alessandro Vieira (PPS-SE) já obteve as 27 assinaturas necessárias para requerer a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os tribunais superiores. O senador informou que deve protocolar o requerimento na próxima semana. Até lá, ele espera conseguir ainda mais assinaturas para reforçar o pedido da CPI.

É a segunda vez que o senador tenta criar a comissão. Na primeira ocasião, no início de fevereiro, três parlamentares retiraram as assinaturas, fazendo com que o requerimento perdesse o número mínimo necessário.

Alessandro disse ter confiança de que os colegas agora procurados manterão os apoios. No requerimento, o senador lista 13 fatos envolvendo ministros de cortes superiores que ele considera

determinantes para justificar a organização de uma CPI. Entre eles, estão casos de juízes atuando em processos para os quais deveriam se declarar suspeitos ou impedidos, exercendo atividade comercial simultânea à atuação na magistratura, recebendo dinheiro por palestras para escritórios, revertendo liminares em “tempo recorde”, incorrendo em “uso abusivo” de pedidos de vista e até recebendo propina.

Segundo o senador, o principal objetivo é incentivar o aprimoramento do funcionamento do Poder Judiciário, mas os trabalhos poderão resultar em eventuais denúncias formais, inclusive em pedidos de impeachment. O requerimento propõe que a CPI tenha 10 membros titulares e 6 suplentes e trabalhe durante 120 dias. O limite de despesas foi fixado em R\$ 30 mil.

Plínio quer mandato de oito anos para ministros do STF

Plínio Valério (PSDB-AM) anunciou na sexta-feira que está recolhendo assinaturas de 27 senadores para apresentar uma PEC destinada a alterar as regras para escolha dos ministros do STF. Pelo texto, os ministros teriam um mandato de oito anos, não renovável. Pela regra atual, o cargo é vitalício, com aposentadoria compulsória aos 75 anos.

— O Brasil vive numa democracia representativa. E o povo nos procura e diz que é preciso dar algum marco, dar algum freio ao Supremo Tribunal Federal — afirmou o senador.



Roque de Sá/Agência Senado

Decisão prejudica Lava Jato, afirma Kajuru

Jorge Kajuru (PSB-GO) criticou a decisão do STF sobre competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns cometidos com crimes eleitorais.

— A Lava Jato vai continuar tendo força, liberdade e independência, com a Polícia Federal, para dar sequência a investigações de crimes de caixa dois, de lavagem de dinheiro, de corrupções?

O senador apresentou, ainda, requerimento ao ministro da Economia, Paulo Guedes, de informações sobre projeções atuariais do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.



Roque de Sá/Agência Senado

Humberto elogia abertura de inquérito pelo Supremo

A decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, de abrir inquérito para apurar notícias falsas, ameaças e ofensas contra a instituição e seus integrantes foi elogiada em Plenário por Humberto Costa (PT-PE) na sexta-feira.

Para o senador, apesar de tardia, a iniciativa representa um avanço contra a propagação de notícias falsas registrada, em sua maior escala, na última campanha eleitoral.

— Essa decisão do Supremo vem muito tarde, mas ainda em boa hora.



Roque de Sá/Agência Senado

Pacto federativo precisa ser rediscutido, diz Irajá

O pacto federativo não atende as necessidades dos municípios, afirmou Irajá (PSD-TO) na sexta-feira. O senador disse que é perversa e injusta a transferência de recursos entre União, estados e municípios. Para ele, o Congresso precisa discutir um novo modelo de distribuição.

— Lá nos municípios é onde as pessoas vivem, onde as pessoas trabalham, é lá onde se transporta, onde as crianças e jovens estudam, é lá onde as famílias precisam de serviços médicos e os recursos são cada vez menores.



Roque de Sá/Agência Senado

Política de prevenção do diabetes volta à Câmara

Projeto foi aprovado no Plenário na terça-feira com modificações e por isso terá que ser novamente analisado pelos deputados

DADOS DE UMA pesquisa da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que 16 milhões de brasileiros sofrem de diabetes, doença que pode levar à cegueira, insuficiência renal e amputação entre outros problemas. De acordo com o estudo, a taxa de incidência de diabetes cresceu 61,8% entre 2006 e 2016. Para conscientizar a população sobre a prevenção e o tratamento da doença, o Senado aprovou na terça-feira projeto que cria a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética, a ser adotada pelo SUS.

Entre outros pontos, o PLC 133/2017 prevê a realização de campanhas de conscientização sobre a importância de medir e controlar o nível de glicose no sangue e busca assegurar atendimento rápido e tratamento integral às pessoas com diabetes no SUS.

Desde 2007, os brasileiros com diabetes têm direito por lei a receber gratuitamente



Breno Esaki/Studio-DF

Texto prevê realização de campanhas sobre importância de medir glicose

medicamentos e materiais para sua aplicação (seringas, por exemplo) para o tratamento, controle e monitoramento da diabetes. O direito foi assegurado pela Lei 11.347, de 2006 e regulamentado por portaria do Ministério da Saúde.

Por essa razão, durante a análise em Plenário, os senadores retiraram do projeto menções ao direito às medicações e aos materiais de monitoramento da doença,

conforme explicou o relator, Jorge Kajuru (PSB-GO).

— O paciente já tem direito à medicação, desde a insulina, regular ou NPH, até outros remédios, como Gliclazida, Metformina ou Glibenclâmida, além do acesso a insumos como seringas para a aplicação de insulina, tiras reagentes de medida de glicemia capilar e lancetas para a punção digital. Eventualmente, tais procedimentos podem ser

sonegados aos pacientes, mas não por falta de determinação legal — disse.

Outro trecho suprimido refere-se à obrigatoriedade de exame de glicemia no protocolo de atendimento médico de urgência e emergência de teste do teor de açúcar no sangue no procedimento de triagem, junto com os outros exames previstos nas normas operacionais do SUS. Kajuru consultou o Ministério da Saúde sobre a questão e observou que o exame de glicemia já é feito na rede do SUS quando o paciente se declara diabético ou apresenta sinais claros de ser portador da doença.

— Para inserir o exame no protocolo de atendimento, de acordo com o Ministério da Saúde, seria necessário mais pessoal e ampliação das condições operacionais do sistema, pela argumentação do ministro, e implicaria mais despesas, o que está fora de cogitação neste momento da crise econômica, em que se fala tanto em desvinculação orçamentária — justificou.

Ao defender o projeto, Kajuru relatou sua experiência pessoal como diabético. Ele lembrou que perdeu grande parte da visão por causa da doença.

— Só me restam 3% da visão

DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO DO DIABETES

- ▶ Universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação da sociedade na definição e no controle das ações e dos serviços de saúde
- ▶ Ênfase nas ações coletivas e preventivas, na promoção da saúde e da qualidade de vida, na multidisciplinaridade e no trabalho intersetorial em equipe
- ▶ Desenvolvimento de instrumentos de informação, análise, avaliação e controle por parte dos serviços de saúde, abertos à participação da sociedade
- ▶ Apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para o enfrentamento e o controle da doença e dos problemas a ele relacionados
- ▶ Formação e educação continuada de profissionais, pacientes, familiares e cuidadores, visando melhorar o controle do diabetes e prevenir complicações
- ▶ Disponibilização pelas unidades de saúde de exames de glicemia capilar ou outros que sejam de fácil realização e leitura imediata

em função de um descolamento de retina, que é provocado pelo diabetes. Diabetes é uma doença que é uma praga silenciosa.

Como foi aprovado com emendas, o texto retorna à análise da Câmara.

Debatedoras elogiam o efeito de cotas e de recursos para a eleição de mulheres

Os critérios para a aplicação de recursos nas campanhas eleitorais de 2018 contribuíram para o aumento do percentual de deputadas federais de 9% para 15%, apontaram na quarta-feira as participantes de debate do Pauta Feminina, projeto da Procuradoria da Mulher do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Mediadora do debate, a

coordenadora da bancada feminina da Câmara, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), ressaltou que as deputadas elegeram dez projetos em diferentes áreas para aprovar em março, e dois deles já foram aprovados.

— Um, sobre assédio moral, já tramitava há 18 anos. O outro possibilita a apreensão de armas que estejam com pessoas acusadas de agredir a mulher.

A advogada e ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Luciana Lóssio comandou em 2018 a consulta ao tribunal — apresentada pela então senadora, hoje deputada, Lídice da Mata (PSB-BA) — a respeito da aplicação proporcional para homens e mulheres dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (o Fundo Eleitoral). A decisão do TSE foi de que os

partidos devem repassar 30% do fundo para campanhas de mulheres.

A pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Flávia Birolli disse que a Lei de Cotas, criada em 1997, produziu duas reações: primeiro, os homens ampliaram de 100 para 150 o número de candidaturas possíveis, depois entenderam que a lei reservava 30% de candidaturas para mulheres, mas

não obrigava que existissem.

— Só em 2009 as candidaturas passaram a ser obrigatórias e só em 2018 houve decisão para aportar recursos — disse.

Para a secretária de Direitos Humanos do Conselho Nacional do Ministério Público, Ivana Navarrete, é preciso considerar a posição central que o princípio da igualdade de gênero tem no Estado democrático de direito desde a Constituição.

Izalci Lucas diz que consumidor sofre com cobranças abusivas

Izalci Lucas (PSDB-DF) registrou a passagem do Dia do Consumidor, comemorado na sexta-feira.



Roque de Sá/Agência Senado

Ele defendeu a aprovação do Projeto de Lei (PL) 1.272/2019, de sua autoria, que estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas.

— São cada vez mais numerosos os relatos de cobranças na ausência do devedor, cobrando de familiares, de colegas ou até de vizinhos.

O senador elogiou a aprovação do projeto, na quarta-feira, que estabelece a adesão automática ao cadastro positivo.

Coronel manifesta preocupação com futuro do Sistema S

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) manifestou preocupação, na sexta-feira, no Plenário, com o futuro do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que existem há mais de 70 anos e integram o Sistema S.



Roque de Sá/Agência Senado

— Após perder o ministério que a representava, hoje transformado em mera secretaria especial, a indústria brasileira enfrenta a ameaça de ficar sem parte significativa dos importantes serviços prestados pelo Sesi e pelo Senai.

Paulo Paim lamenta discurso de ódio propagado na internet

Paulo Paim (PT-RS) usou a tribuna na sexta-feira para protestar contra o discurso de ódio nas redes sociais. O senador pediu que os usuários não compartilhem informações violentas e discriminatórias, porque redundam em tragédias.



Roque de Sá/Agência Senado

Ele afirmou estar chocado com a transmissão ao vivo do ataque simultâneo contra duas mesquitas na Nova Zelândia.

— O mundo precisa de tolerância. As pessoas precisam compreender que aceitar as diferenças é virtude de quem aceita, não é defeito.

Sociedade quer ter direito a se defender, afirma Marcos do Val

Marcos do Val (PPS-ES) apontou, na sexta-feira, medidas para evitar novos casos como o de Suzano (SP). Entre elas, está o investimento em educação. O senador também ressaltou que a sociedade tem clamado pela possibilidade e o direito de fazer a própria defesa



Roque de Sá/Agência Senado

— Eu não estou falando que colocar arma na mão do cidadão resolveria nosso problema. Isso seria um dos atos a serem feitos para a solução. Nós temos que investir em educação, em reestruturação familiar, em novos presídios.

Styvenson pede estímulo ao turismo religioso no interior

Styvenson Valentim (Poder-RRN) informou na sexta-feira que apresentou o Projeto de Lei (PL) 1.308/2019



Roque de Sá/Agência Senado

para incluir na Política Nacional de Turismo (Lei 11.771, de 2008) o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso.

— A gente sabe que o turismo movimenta bilhões, mas poderia ser bem maior essa movimentação financeira, que hoje chega a cerca de R\$ 163 bilhões ao ano. É um valor alto, mas ainda irrisório pelo potencial que nós temos num país tão grande.